
Revista
IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Internacionalização da Produção Familiar de Café
Orgânico do Espírito Santo/ES

Thatiana de Andrade Figueira¹

Dario de Oliveira Lima Filho²

Resumo

A agricultura passa por uma crise relacionada a altos custos de insumos derivados do petróleo, e, ao mesmo tempo, percebem-se tendências para produtos mais saudáveis e também para a proteção dos recursos naturais. O manejo

¹ Gestora de Cooperativas (UFV), Mestre em Administração (UFMS), Doutoranda em Sociologia e Direito (UFF). E-mail : thatianafigueira@yahoo.com.br

² Doutor em Administração. Professor do DEA – UFMS. E-mail: dolima@nin.ufms.br

orgânico, então, é um meio de congregar estes dois anseios, pois busca a utilização de métodos naturais na atividade agrícola. Este artigo discute a comercialização internacional do café arábica orgânico. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, relatórios e sítios na web, bem como aplicado de um questionário pré-elaborado com agricultores familiares do Espírito Santo. A pesquisa revela que os produtores de café arábica orgânico adquiriram o selo de comercialização em mercado externo, a partir de um trabalho pioneiro com o produto café orgânico. Além disso, mostra que é viável aos agricultores permanecer em suas terras com suas famílias e participar do processo de manejo orgânico, contribuindo para uma produção mais saudável e, ao mesmo tempo, agregando maior valor ao produto que é fruto do seu trabalho.

Palavras-chave: *Agricultura Orgânica, Café Arábica, Comercialização Internacional.*

Abstract

Agriculture is going through a crisis related to the high costs of inputs derived from oil, the ally that it is perceived trends for more healthy products and also the protection of natural resources. The organic management, then, is a means to bring these two concerns, it seeks to use natural methods in agricultural activity. This article discusses the international marketing of organic arabica coffee. For this, we used the bibliographic and documentary research in books, articles, reports and web sites, in addition to applying a pre-prepared questionnaire with farmers of the Holy Spirit. The research shows that producers of organic coffee arabica acquired the stamp of marketing in foreign markets, from a pioneering work with the organic product. Furthermore, it shows that it is feasible for farmers remain on their land and working with families participating in the process of organic management, contributing to a more healthy production, the environment and at the same time, adding more value to the product of fruit their work.

Key-words: *Organic Agriculture, Arabica Coffee, International Marketing.*

1. Introdução

A agricultura familiar brasileira compreende produtores de pequena e média escala e representa a maioria dos produtores rurais do Brasil. De acordo com Homem de Melo (2001), a agricultura familiar é caracterizada por propriedades com menos de 100 hectares. Tomando por base esta definição, engloba, também, a chamada agricultura de autoconsumo, a pequena produção ou campesinato. Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2008), agricultura familiar é aquela que atende a duas condições: (a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e (b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Ainda, a agricultura familiar é aquela que, geralmente, não se baseia na monocultura, ou seja, a propriedade é composta pela diversidade de produção, mesmo que muitas vezes exista uma cultura principal.

O Censo Agropecuário 1995/96 indica, segundo Homem de Melo (2001), que a agricultura familiar correspondia a 89,3% (4.339.859) dos estabelecimentos rurais brasileiros, com 20% da área total de terras. Especificamente, em relação ao café, atualmente o Brasil é o maior produtor mundial, responsável por 30% do mercado internacional, e, além disso, é o segundo mercado consumidor, ficando atrás somente dos Estados Unidos (SANTOS, 2007).

A cafeicultura, que de acordo com Stolcke (1986) varia em razão das diferenças nas relações de trabalho na produção, leva em consideração o tamanho das propriedades, a disponibilidade de recursos, os tipos de mercado etc. No contexto da agricultura familiar, não apenas os custos e as condições para uma determinada cultura são levados em consideração, mas pessoas e o ambiente formam um sistema interligado. Neste caso, os processos decisórios geralmente envolvem toda a família,

que expressa sua opinião de acordo com seus ideais. Em alguns casos a decisão une toda a família, em outros, a opinião fica dividida. Esta amplitude consequente da relação gente-ambiente apresenta a característica *lato sensu* da cafeicultura enquanto foco de estudo.

Em particular, o estado do Espírito Santo (ES), localizado na região Sudeste, compreende uma extensão de 46.077,5 km² e representa 0,54% do território brasileiro (Brasil, Estado: O Espírito Santo: Informações Gerais). O estado, apesar de ser um dos menores do país, apresenta uma consistente variação de clima nas diversas regiões, em que o traço mais marcante abrange: região litorânea e região serrana. A notável diferença do clima no mesmo estado permite uma agricultura diferenciada propícia para cada tipo climático. Com isso, encontramos culturas tais como o morango, o café arábica, a horticultura e o gengibre na região serrana e o papaya, a banana, a laranja, o café conilon, entre outros na região que chamaremos de não serrana, uma vez que nem todas as áreas, apesar de um clima semelhante, encontram-se no litoral.

No Espírito Santo, o café ocupa 526 mil hectares de área plantada e, destes, 253,7 mil são destinados à produção de café arábica (INCRA, 2000), que é o objeto do presente artigo. De acordo com o Conselho Nacional do Café (CNC, 2008), este cultivar possui algumas características peculiares que, crescem em altitudes de 900 a 2.000 metros e possuem teor de cafeína entre 0,9% e 1,5% - o que é considerado relativamente baixo uma vez que o cultivar conilon ou robusta alcança um teor de até 4,5% de cafeína.

A diversificação da produção com qualidade é a saída para a agricultura familiar, pois, levando em consideração a oscilação do preço da saca do café, os outros produtos garantem renda, sustentabilidade e melhoria na qualidade de vida da família. Tendo como perspectiva que nem sempre produtividade e qualidade garantem renda para o agricultor e sua família, muitas famílias produtoras partem para a produção orgânica do café, como estratégia de permanência no mercado.

O café orgânico é produzido sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos que são substituídos por subprodutos da reciclagem da matéria orgânica vegetal e animal. Na realidade, a agricultura orgânica enfatiza a prevenção de possíveis pragas à determinada cultura, adaptando suas práticas à realidade de cada região produtora. A produção orgânica é um desafio estimulante e a certeza de que temos muito o que aprender com a natureza.

A pesquisa em questão foi realizada nos meses de março a maio de 2006 e os produtores estudados são cafeicultores capixabas associados à Chão Vivo – que foi credenciada conforme a Instrução Normativa n.º 007/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, e é uma associação de certificação de produtos orgânicos, estatutariamente com atuação em todo o território nacional, que orienta suas atividades para a certificação orgânica de produtos *in natura*, semielaborados ou industrializados, de modo a garantir a produtores, consumidores e comerciantes, a qualidade da produção, a preservação do ecossistema e a qualidade de vida para todos.

Ainda em relação à Chão Vivo, a instituição garante em sua atuação a não discriminação, a confidencialidade, a imparcialidade e a inexistência de conflitos de interesse para a certificação. Os agricultores pesquisados já produziam em regime de mão de obra familiar e eram certificados pela Chão Vivo por no mínimo dois anos, sendo o carro-chefe da propriedade de todos o café arábica.

Ademais, a Chão Vivo é uma associação brasileira que, de acordo com o cumprimento dos requisitos preestabelecidos, fornece um selo de comercialização nacional em aliança com a BCS (certificadora internacional com atuação no Brasil) e a GTZ (Agência de Cooperação Governamental da Alemanha). A GTZ, que fornece o selo de comercialização internacional em mercados de produtos orgânicos, escolheu 24 produtores familiares no Espírito Santo, para no ano de

2006 serem avaliados e, após avaliação, permitir receber o selo internacional.

O objetivo geral da pesquisa, portanto, consiste em caracterizar o processo de internacionalização dos produtores de café arábica orgânico do estado do Espírito Santo.

Os objetivos específicos são: a) analisar os produtores familiares de café arábica certificados pela Chão Vivo que buscam a comercialização internacional; e b) levantar as principais características que diferenciam a qualidade e o sucesso de alguns produtores.

2. Referencial Teórico

2.1. Agricultura Familiar

A agricultura familiar do estado do Espírito Santo não difere das demais regiões do país e é caracterizada pelo trabalho em propriedades de pequeno e médio porte. No presente trabalho, especificamente, a produção dos agricultores familiares é orgânica e algumas peculiaridades surgem a partir de então. A produção orgânica, em todo o território nacional, não exige certificação ou selo; porém a comercialização destes produtos requer alguma sinalização de que de fato são produzidos a partir dos princípios da agroecologia. O mecanismo utilizado para esta sinalização é a certificação dos produtos através das certificadoras, e atualmente existem 11 certificadoras brasileiras atuando no mercado.

Estas certificadoras possuem sede e/ou são oriundas de determinada região, mas com possibilidade de atuação em todo o território brasileiro. A escolha da certificadora compete ao agricultor, que arca com os custos

de certificação. Para tanto, uma vez escolhida a certificadora e estabelecido o contato, dá-se início ao processo, com a ida de um inspetor enviado pela certificadora até a propriedade, com visitas anuais normalmente não agendadas, para recolhimento de alguns dados e contato com a lavoura. O trâmite a partir de então passa a ser normativo, encontrando-se no fato de o agricultor preencher ou não os pré-requisitos que a certificadora assume.

De posse do selo para comercialização dos produtos orgânicos, a colocação no mercado confere aos produtos certificados uma agregação substancial por volta de 30% maior que um produto similar produzido convencionalmente. Contudo, a comercialização internacional vai além. E para um novo selo, agora voltado para o mercado externo, é necessário que o agricultor seja certificado nacionalmente por um período de no mínimo dois anos, além de outras exigências impostas pela certificadora.

Em todo o Espírito Santo existem produtores de café arábica certificados pela Chão Vivo, porém alguns agricultores em específico foram apontados pela certificadora como os possíveis pioneiros possuidores do selo internacional, dispostos municipalmente da seguinte maneira: a) Santa Maria de Jetibá; b) Irupi; c) Ibatiba; d) Iúna; e) Mantenópolis; e f) Alto Rio Novo.

Este grupo de produtores selecionados almejava a conquista do selo de comercialização internacional, uma vez que o mercado nacional naquele ano, 2006, e em alguns anos anteriores não remunerava adequadamente, segundo eles próprios, a atividade produtiva. Ademais, a colheita e o beneficiamento do café orgânico requerem alguns cuidados especiais, como, maquinário onde somente café orgânico é beneficiado, sacaria nova a cada safra para armazenamento, entre outros cuidados que oneram o custo de produção.

Para tanto, o primeiro pressuposto abrange a questão de como as diferenças na forma social de produção afetam os procedimentos analíticos, os resultados da pesquisa e até mesmo a interpretação da viabilidade e sustentabilidade do processo produtivo. Ao se considerar a distinção entre agricultura orgânica familiar e agricultura simplesmente familiar, ou ainda agricultura patronal, vê-se que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou de outras instituições de pesquisa necessitam ser tratados de forma diferente para que possam revelar um outro significado para a agricultura familiar na cultura do café orgânico. Perceber essa diferença é perceber o papel que desempenham, pois o mesmo produto (café orgânico, por exemplo) adquirirá significados distintos na forma patronal, na forma convencional familiar e na forma orgânica familiar.

A fim de uma melhor compreensão de algumas das diferenças de manejo e produção, o Quadro 1 esclarece o principal objetivo, desvenda a estrutura do sistema e aborda questões técnicas entre manejo convencional e orgânico.

Quadro 1 - Quadro comparativo entre a agricultura convencional e orgânica

| | AGRICULTURA CONVENCIONAL | AGRICULTURA ORGÂNICA |
|-----------------------------|---|--|
| OBJETIVOS GERAIS | Atender, de maneira geral, a interesses econômicos de curto prazo | Atender a interesses econômicos, mas, sobretudo, a interesses ecológicos e sociais autosustentados |
| ESTRUTURA DO SISTEMA | Monocultura | Sistema diversificado |

| | | |
|--|--|--|
| MANEIRA DE ENCARAR O SOLO | Como um substrato físico, um suporte da planta, redução da variabilidade | Como um ser vivo (meio eminentemente biológico), adaptação ambiental |
| RECURSOS GENÉTICOS | Susceptibilidade ao meio, espécies transgênicas | Resistência ao meio |
| ADUBAÇÃO | Fertilizantes altamente solúveis, adubação desequilibrante | Reciclagem, rochas moídas, matéria orgânica, nutrição equilibrada e adequada |
| COMO LIDAR COM PRAGAS E DOENÇAS | Agrotóxicos | Diversificação e consorciação. Controles alternativos |
| ENTRADAS DO SISTEMA | Alto capital e energia, menos força de trabalho, alimentos desbalanceados e contaminados | Pouco capital e energia, mais trabalho, alimentos de alto valor biológico |
| SAÍDAS DO SISTEMA E CONSEQUÊNCIAS | Baixa valorização do produto e agressão ambiental | Equilíbrio ecológico, alta valorização do produto, sustentabilidade do sistema |

Fonte: Pedini (2000, p.48)

A familiarização no processo produtivo envolve não apenas esferas trabalhistas como também a preocupação com a saúde dos trabalhadores – família, bem-estar etc. Quando se pensa em alguma prática inovadora, é de fundamental importância que haja, junto com a inovação, uma garantia da perpetuação do que é tradicional, uma vez que as tradições na agricultura familiar são muito fortes.

Esmiuçando ainda algumas diferenças, deparamo-nos com a forma de gestão de ambas as práticas agrícolas: patronal e familiar. Tais distinções administrativas impulsionam, da maneira de produzir, os suprimentos necessários para o desenvolvimento da atividade ao objetivo a ser alcançado. Para isso, o Quadro 2 sintetiza essas duas vertentes de produção agrícola.

Quadro 2 - Principais diferenças entre o modelo patronal e o familiar de produção

| Patronal | Familiar |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> # Completa separação entre gestão e trabalho; # Organização centralizada; # Ênfase na especialização; # Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis; # Trabalho assalariado predominante; # Tecnologia dirigida à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”. | <ul style="list-style-type: none"> # Integração entre gestão e trabalho; # Organização descentralizada; # Ênfase na diversificação; # Ênfase nas práticas agrícolas holísticas; # Trabalho familiar predominante. |

Fonte: FAO/INCRA (1996)

No contexto da sociabilidade mercantil das formas de agricultura familiar, é importante a distinção que Moreira (1999) realiza entre *espaço social de integração e formas sociais de integração*. O primeiro assinala a posição do agricultor familiar como proprietário de *pequeno patrimônio produtivo* – meios de produção, entre eles a terra - no âmbito das assimetrias de poder relacionadas com a concentração de capital, seja em dinheiro, indústrias ou terra. Neste caso, os agricultores familiares são caracterizados como subordinados, ou seja, não detentores de poder e de autonomia no que tange a questões de produção e da própria circulação de mercadoria. Na concorrência intercapitalista, para a fixação do lucro e da renda da terra, há a tendência de que *pequenos patrimônios produtivos* não realizem tais grandezas econômicas, onde o valor retido corresponderia à reprodução simples das condições de trabalho dos integrantes da família e meios de produção. Essas condições levam à perda, por parte dos proprietários desses patrimônios, das características de capitalista, passando a ser trabalhadores que, para exercer seu trabalho, devem ter como requisito a propriedade de meios de produção.

Há, portanto, um campo de força que os “empurra” para outras atividades nas quais esses processos de concorrência são menores. As respostas dos pequenos agricultores vão variar no tempo e no espaço, e podem conformar novas *formas sociais de integração* à dinâmica econômica, seja na agroindústria e *agribusiness*, seja como agricultor em tempo parcial, pluriatividade, dupla vinculação rural e urbana etc. É um dos âmbitos da autonomia relativa desses agricultores, de gestão da força de trabalho de sua unidade doméstica e de necessidades materiais e simbólicas.

A especificidade da “unidade de produção familiar” e sua articulação com a ordem competitiva para a fixação do lucro e renda da terra podem ser mais bem demonstradas quando se analisam as relações sociais mantidas tanto na produção quanto na circulação de mercadorias. É por

meio da análise de tais relações que se pode entender o porquê de, em mercados oligopolizados, ocorrer o tal “paradoxo” citado anteriormente, no qual empresas agrícolas capitalistas podem “quebrar” e há a manutenção e até a expansão do número de propriedades familiares (Ploeg, 2006).

Um segundo pressuposto baseia-se na questão de como produzir e recuperar ao mesmo tempo, garantindo saúde e qualidade de vida para quem trabalha e produz no campo. O desenvolvimento das técnicas para a agricultura, sobretudo na época da Revolução Verde, incorporou um pacote tecnológico que, sem dúvida, maximizava a produção e a produtividade das atividades agrícolas. Contudo, Gliessman (2000) cita que as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base, retirando e degradando excessivamente os recursos dos quais a agricultura depende, como o solo, as reservas de água e a própria diversidade genética natural. Desta forma, a agroecologia é introduzida como ciência ajustada ao processo produtivo familiar:

a agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e “formas de conhecimento” que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (SEVILLA GUZMAN, 2002, p. 38).

Por conseguinte, a agroecologia visa uma agricultura mais sustentável, com a certeza de que o meio ambiente é o local no qual vivemos e não do qual vivemos, onde se vislumbra a dinâmica dos seres, pois se acredita que quanto maior a diversidade de espécies, mais estável será a produção de biomassa, seguida de técnicas de manejo corretas e

conservação do solo, uso de inseticidas naturais, cobertura morta e outros fatores ecologicamente corretos.

Embora a agroecologia em si não seja uma forma de produção, como alguns ainda creem, a ela aparece em combate às práticas da Revolução Verde como uma estratégia macro que abrange algumas vertentes em prol de um agroecossistema.

Portanto, a questão de interação do homem com o meio ambiente, e não apenas o intuito de exploração e beneficiamento pessoal e pontual, permite uma maior preocupação em zelar e manter o que hoje é palpável e fonte de alimento, trabalho e bem-estar, para as gerações futuras.

2.2. Estratégias de Internacionalização

Em princípio, o grupo em questão de produtores de café orgânico já atuava diretamente no mercado nacional com algumas insatisfações em relação ao preço pago pela saca do arábica e com expectativas de uma possível comercialização internacional, uma vez que o preço do produto no exterior é maior.

Como a GTZ acompanha os trabalhos da Chão Vivo no Espírito Santo juntamente com a BCS, foi elaborado um projeto com os pares, incluindo Secretaria de Agricultura do estado, a fim de atender esta pertinente demanda.

Para atuar em mercado internacional de produtos orgânicos, é necessário que haja algumas adequações técnicas às normas do mercado externo, tais como, a quantidade de nitrogênio na compostagem anual, a quantidade de cobre por ano, a origem do esterco e o período de compostagem mínimo.

Como o propósito era a inserção neste mercado, algumas estratégias foram traçadas para otimizar o desenvolvimento do trabalho. A primeira delas foi o planejamento das discussões sobre técnicas de adequação. Em seguida, houve discussões com os produtores sobre o manejo e as possíveis adequações e, por fim, a elaboração de um plano de trabalho para o alcance dos objetivos traçados.

3. Metodologia

Esta é uma pesquisa do tipo descritiva, que apresenta como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno (RIBAS, 2004). Especificamente, a pesquisa assume a forma de um estudo de caso, que é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, permitindo um amplo e detalhado conhecimento a respeito (*Idem*).

A abordagem empregada é qualitativa, considerando a existência de uma relação dinâmica entre os atores envolvidos. Segundo Tesch (1990), a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural: o pesquisador sempre vai ao local onde está o participante para conduzir a pesquisa. O processo de coleta dos dados pode mudar à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo e o pesquisador descobre os melhores locais para entender o foco central de interesse.

Quanto à coleta de dados, procedeu-se à pesquisa de campo na qual os dados coletados são primários, ou seja, obtidos diretamente na fonte. Para tanto, a equipe técnica, após algumas discussões, elaborou o questionário que foi aplicado a 24 produtores de café arábica orgânico, certificados pela Chão Vivo, com o intuito de fazer um levantamento

descritivo da unidade produtora (UP) que almejava o selo de comercialização internacional.

Depois da aplicação dos questionários, que ocorreu entre os meses de março e maio de 2006, e de um reconhecimento da área a ser certificada juntamente com a elaboração de um croqui da propriedade, a equipe técnica novamente reuniu-se para a elaboração dos planos de manejo com base nas informações coletadas visando uma reorientação técnica de produção para os próximos dois anos (2006 – 2008).

4. Resultados

A partir dos dados coletados, um montante representativo de informações nos permitiu analisar cada propriedade com suas respectivas peculiaridades. Notamos, com isso, que a maioria dos produtores encontrava-se ciente das exigências da certificadora e ao mesmo tempo disposta à sustentabilidade deste sistema.

Apesar de todas as propriedades envolvidas nesta pesquisa serem caracterizadas como familiares, em algumas delas, a família que estava à frente do trabalho não residia na unidade produtora - o que não impedia ou dificultava o trabalho a ser exercido. No caso desta ocorrência, a família agricultora reside próximo à propriedade rural e faz o percurso com facilidade.

Alguns encontram-se com residência fora da propriedade por já possuírem casa na cidade. Neste caso, a casa da cidade foi herdada dos pais ou dos sogros e o produtor, por um valor sentimental, não quer se desfazer do bem, nem mesmo temporariamente em forma de aluguel, e opta por ocupar o imóvel, tornando rotineiro o caminho entre a

propriedade e a cidade. Outros escolhem morar fora da unidade produtora por terem filhos em idade escolar. Apesar do auxílio de transporte escolar na zona rural, alguns preferem não depender deste recurso ofertado pelo município, uma vez que as estradas normalmente são de terra batida e em épocas de chuva o ônibus não chega, ou quando chega corre o risco de atolar, não completando seu percurso e, assim, impedindo os estudantes de participar das aulas. Cabe ainda ressaltar que nem todas as propriedades localizam-se no trajeto percorrido pelo ônibus escolar e, assim, os estudantes que dependem deste veículo e não moram no caminho traçado pelo ônibus tendem a caminhar distâncias longas todas as manhãs, o que gera certa preocupação nos pais e os leva a residir próximo à escola, minimizando esta situação.

Em um único caso, a esposa do agricultor é professora em uma escola pública na cidade, o que fez a família fixar residência fora da propriedade rural da família, privilegiando as atividades de mulher.

Além disso, alguns arrendavam a terra de parentes ou vizinhos, não sendo o proprietário da área visitada. Nestes casos, os arrendatários sentiam-se donos da área arrendada. Em um dos casos detectados, o contrato de arrendamento era informal, apenas verbal, por tratar-se de primos. Tal situação nos leva a refletir sobre a continuidade do sistema, uma vez que o contrato de arrendatário pode pôr em xeque todo o trabalho desenvolvido e todos os esforços empenhados. É importante que o arrendatário reflita sobre a possibilidade de aquisição da terra arrendada ou, ainda, um contrato de maior duração, permitindo, assim, a continuidade do sistema produtivo.

O resultado mais marcante foi a ausência de assistência técnica, abrangendo todos os produtores. Mesmo geograficamente dispersos os produtores pesquisados não contavam com técnico para orientar o manejo desenvolvido, a utilização, quantidade e frequência de insumos, ou mesmo para esclarecimento de alguma dúvida.

Em um único caso foi contratada assistência técnica pelo produtor. No entanto, o técnico fazia visitas esporádicas e muitas vezes, quando o encontro estava agendado, não comparecia ao local. Esta ausência de mão de obra técnica gera insatisfação por parte dos agricultores e até certo desestímulo, o que compromete o sucesso dos agricultores e enfraquece os laços entre produtor–certificadora, uma vez que as exigências impostas pela certificadora são de ordem técnica, impossibilitando a execução do trabalho e por vezes não concedendo o selo de produção orgânica por não cumprir ordens técnicas.

Excepcionalmente no município de Mantenópolis, norte do estado, a Igreja católica financia um técnico, especializado em agricultura orgânica, para os produtores do município. Contudo, nem todos os produtores daquela região estão inseridos no modelo orgânico de produção, mesmo sendo em sua maioria produtores familiares, e na época de coleta dos dados desta pesquisa o técnico não se mostrava satisfeito com o posto, uma vez que a Igreja católica daquele município e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais acordavam com a questão da manutenção do técnico naquela localidade, porém divergiam em alguns interesses distintos, o que comprometia, por vezes, o trabalho a ser desempenhado.

Este trabalho local acontece porque o padre daquele município acredita nos princípios da produção orgânica e, portanto, desempenha um trabalho de conscientização tanto nas oratórias quanto através do técnico na prática. Em todas as unidades produtoras visitadas, a mão de obra é basicamente familiar. Em épocas de colheita, é possível a contratação de alguns temporários oriundos da própria região, bem como algumas trocas de dia com os vizinhos, parentes e amigos envolvendo os trabalhadores e moradores da própria localidade. Esta prática é comum e, além de baixar o custo de cada produtor, envolve os produtores de uma mesma região, tornando-os solidários uns com os outros.

O histórico das propriedades é distinto, algumas são oriundas de manejo convencional intensivo, como o próprio café arábica, e por isso o período de conversão para a produção orgânica foi maior, em média de 3 a 4 anos. Outras são advindas de pasto, sem a utilização de insumos químicos, o que facilitou a empregabilidade do organismo. A vegetação limitante entre as unidades produtoras e suas respectivas vizinhas, na maior parte dos casos, encontrava-se em desacordo com as normas da certificadora que exige três metros de altura por três metros de largura, sendo normalmente o mais acertado para essa função o capim napier.

As barreiras vegetais são de suma importância, especificamente no caso de manejo orgânico, por atuar como uma proteção contra agrotóxicos possivelmente aplicados em propriedades fronteiriças. Na realidade, alguns produtores inicialmente inseridos no manejo orgânico, sobretudo donos de propriedades menores que 10 ha, pensam ser esta barreira uma diminuidora da área total. Normalmente sugere-se, é que a própria barreira vegetal seja utilizada na composteira, que exige 80% de material folhoso e apenas 20% de material orgânico, como as fezes do gado bovino ou suíno ou de aves.

A barreira, que deve medir 3m x 3m, pode ser retirada em 1,5m de largura de cada vez, sempre sendo refeito o plantio da mesma quantidade de foi retirada, ou seja, 1,5m de largura. Desta forma, o que “ocuparia” a terra sem finalidade protege a unidade como um todo e ainda torna-se fundamental para a compostagem.

Foi incentivado o uso de leguminosas onde o solo encontrava-se exposto e nas próprias áreas do plantio do café, de modo consorciado, uma vez que a leguminosa age como adubo natural, conhecido como adubo verde. A mucuna e o amendoim, por exemplo, podem ser utilizados na cobertura de grande parte do solo disponível, sendo roçados e controlados apenas quando chegam aos pés das culturas principais e/ou invadem as áreas de mata nativa do entorno.

Os aspectos sanitários, de uma maneira geral, enquadravam-se dentro das normas, e os esgotos jamais entravam em contato com os rios, córregos ou nascentes. No início do processo de conversão, muitos não tinham sequer a clareza de que os dejetos não deveriam entrar em contato com o solo ou os recursos hídricos; contudo, ao optarem por um manejo que respeite o meio ambiente, os destinos dos dejetos foram contornados e não há casos de desrespeito a esta norma da certificadora.

Em algumas unidades produtoras não existem nascentes, sendo elas oriundas de propriedades vizinhas. No entanto, nas propriedades que contam com nascentes em seu território, estas são protegidas por vegetação natural.

A utilização dos insumos, os dias envolvidos para o plantio, a ceifa e as demais atividades não são registrados, assim como não há registro de valores e quaisquer quantidades, sendo então proposto um sistema de controle interno para auxílio das atividades desempenhadas.

Do total das 24 propriedades visitadas, apenas 1 foi excluída do processo de internacionalização, perdendo inclusive o selo de comercialização em território nacional por uso de adubos químicos não permitidos, não diversificação da produção, exposição do solo sem a devida cobertura vegetal, além da não colaboração do proprietário na compreensão e cumprimento das normas. Em algumas propriedades houve necessidade de pequenas modificações. As demais, automaticamente após o processo, adquiriram o selo de comercialização internacional.

Para tanto, o Quadro 3 sintetiza os resultados alcançados, permitindo clareza e objetividade.

Quadro 3 – Síntese dos resultados

| | |
|--|--|
| Produtores residentes na UP | Produtores não residentes na UP |
| 18 | 6 |
| Proprietários | Arrendatários |
| 21 | 3 |
| UP com nascente | UP sem nascente |
| 19 | 5 |
| Origem da UP: Produção Convencional | Origem da UP: Pasto |
| 18 | 6 |
| MDO temporária na colheita | Trocas de dia na colheita |
| 15 | 9 |

Fonte: Dados da Pesquisa

5. Considerações Finais

Em síntese, o artigo se propõe a uma pesquisa cujo objetivo é caracterizar o processo de internacionalização dos produtores de café arábica orgânico no estado do Espírito Santo, levando em consideração os objetivos subsidiários, mas não menos importantes, que visam analisar os produtores de café arábica certificados pela Chão Vivo que

buscam a comercialização internacional e, ainda, levantar as principais características que diferenciam a qualidade e o sucesso de alguns produtores.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa considerando a existência dinâmica de todos os atores envolvidos. A base da coleta de dados deu-se a partir de um questionário aplicado em 24 propriedades, com o intuito de fazer um levantamento descritivo da unidade produtora.

Como vimos anteriormente, devemos concluir que a agricultura familiar compreende a maioria dos produtores no Brasil e é caracterizada por um ambiente laboral e pela família, onde muitas esferas estão interligadas com o propósito de harmonizar estes dois pilares. Por envolver, além do trabalho, a família de quem trabalha, a agricultura orgânica encontra facilidade de aceitação e prática entre os agricultores familiares, com foco na rentabilidade produzida e na preservação da qualidade de vida dos envolvidos na atividade laboral principal. Especificamente, o estado do Espírito Santo foi pesquisado com a proposta de confirmar os produtores que já são credenciados e fornecer o selo de comercialização em mercado internacional para o produto café arábica. A certificadora Chão Vivo foi a responsável pela indicação dos produtores visitados e sua parceira, a certificadora BCS, foi quem concedeu os selos para o mercado externo. Após este processo criterioso, atualmente 10 produtores orgânicos e familiares inserem o café arábica capixaba em mercado externo e agregam um percentual no valor do produto.

Ademais, algumas limitações foram encontradas no decorrer da pesquisa. Uma delas ocorreu no âmbito da elaboração do questionário, em que as perguntas basearam-se em normas nacionais de manejo para uma possível concessão de selo de comercialização internacional. Cada país possui suas normas próprias de manejo orgânico, o que automaticamente tendencia o intuito do questionário. Outra limitação diz respeito aos próprios produtores pesquisados que buscam o selo

internacional por uma questão de agregação maior no produto final, que tentam burlar algumas normas da certificadora. Por fim, a limitação mais marcante foi a ausência de mão de obra especializada para orientação e prática da agricultura orgânica. Isso limita o número de envolvidos, enfraquece o grupo inserido e não permite o potencial que a agricultura orgânica tem para propagar-se.

Finalmente, algumas sugestões são feitas para pesquisas futuras, como, por exemplo, a expansão da pesquisa para outros estados cujo produto produzido seja o mesmo – café arábica. E ainda a realização desta pesquisa e a possível concessão do selo internacional de comercialização para outros produtos orgânicos, tais como, o mamão papaia, a banana-prata, maçã e a uva de mesa, entre outros.

6. Referências Bibliográficas

CNC - Conselho Nacional do Café, disponível em: <http://www.cancafe.com.br>. Acesso em 6 out. 2008.

ESPÍRITO Santo (estado). Secretaria de Agricultura. Disponível em: <<http://www.es.gov.br>> Acesso em 8 mar. 2008.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília.

FAO/INCRA, ago. 1996. (Projeto UTF/BRA/036).

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

HOMEM DE MELO, F. **A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar no Brasil**. Departamento de Economia da FEA-USP e FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (monografia). 2001.

INCRA, **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, fev. de 2000.

MARQUES NETO, J. C. **O que fazer com os conteúdos?** O livro do século XXI na avaliação acadêmica. *Interface*, Botucatu, v. 9, n.18, p.587-590, set./dez. 2005.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 157-180.

PEDINI, S. **Apostila de cafeicultura orgânica**, ESACMA - Escola Superior de Agricultura e Ciências, Machado, 2000, Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br>>. Acesso em 13 jun. 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). *A diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006, pp. 13-54.

RIBAS, Simone Augusta. **Metodologia científica aplicada**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 110 p.

SANTOS, R.M; LIMA, D.R. Coffee, **The Revolutionary Drink for Pleasure and health**. XLibris, USA, 2007.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TESCH, R. **Qualitative Research: Analysis types and software tools**. Basingstoke, Falmer. 1990.

Artigo recebido para publicação em:

9 de junho de 2011.

Artigo aceito para publicação em:

23 de maio de 2012.

Como citar este artigo:

FIGUEIRA, Thatiana de Andrade; LIMA FILHO, Dario de Oliveira .
“Internacionalização da produção familiar de café orgânico do Espírito Santo”. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 1, p. 83-107, 2012.

